

Trabalho, trabalho abstrato, trabalhadores e operários.

Sergio Lessa/ Prof. Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Alagoas e membro do comitê editorial da Revista Crítica Marxista

[Armando Boito e outros. (Org.). *Marxismo e Ciências Humanas*. São Paulo: Xamã, 2003, v. , p. 259-268]

Há uma década, pouco mais ou menos, no contexto ideológico caracterizado pelo enorme impacto do artigo de Claus Offe "Trabalho: a categoria central da sociologia?" e pela contundência dos cursos de Vilmar Farias na Unicamp, uma das confusões mais comuns entre nós, marxistas, era a imediata identificação entre a centralidade ontológica do trabalho para o mundo dos homens e a centralidade política dos trabalhadores. E, conseqüentemente, a enorme confusão decorrente do caminho inverso: a derrota política da classe operária parecia ser uma demonstração empírica da falsidade da centralidade do trabalho para o mundo dos homens.

A concepção marxiana do trabalho enquanto categoria fundante do mundo dos homens, do trabalho enquanto "eterna necessidade da vida social", não apenas não se opõe, como ainda exige, o reconhecimento de que os trabalhadores não eram a classe politicamente decisiva nas sociedades pré-capitalistas. O caráter pouco desenvolvido destas formações sociais levou-as a um "beco sem saída" cuja única alternativa histórica era a dissolução das mesmas e, precisamente por esta razão, em nenhuma destas sociabilidades foram os trabalhadores a classe politicamente predominante. Certamente, o fato de os trabalhadores não serem politicamente predominantes em nada altera o fato de serem eles os produtores do "conteúdo material da riqueza"<sup>1</sup> destas formações sociais.

Grosso modo, para Marx e Lukács, a centralidade do trabalho decorre, não da afirmação da posição política central da classe que executa o trabalho em todas as formas sociais, mas sim da

---

<sup>1</sup> Marx, Karl. *O capital*. Ed. Abril Cultural, São Paulo, 1983, Volume I, Tomo I, pg. 46.

"constatação ontológica" de que, sem o intercâmbio orgânico com a natureza, não há qualquer socialidade possível.

Ao chegarmos no capitalismo maduro, esta situação passa por uma mudança significativa. Por um lado, porque a mediação do trabalho abstrato torna a relação do trabalho com a totalidade social muito mais complexa. Por outro lado, porque o capitalismo maduro abre a possibilidade, historicamente inédita, de que a classe operária efetive a identidade entre a classe que realiza o trabalho e a classe politicamente central.

Temos aqui uma vasta gama de questões a serem tratadas. Antes, porém, de nos debruçarmos sobre algumas delas, desejamos chamar a atenção para o fato de que o tom do debate no interior da esquerda mudou de forma sensível. Frente ao rotundo fracasso das políticas neoliberais em todo o mundo e, mais especificamente, à persistência da centralidade do trabalho (até mesmo pela *negatividade* do desemprego), não mais se defende com a mesma desenvoltura o desaparecimento do trabalho enquanto categoria central para o mundo dos homens. É significativo como, *mutatis mutandis*, as teses do fim do trabalho de Kurz e Negri são hoje aspectos de suas teorizações que menos atraem a atenção.

Diferente do passado recente, hoje muito mais repercussão têm as teses que tendem a esmaecer ou cancelar a distinção entre assalariados e operários. No interior do Serviço Social, por exemplo, uma das correntes de esquerda mais expressivas propõe que entre a prática dos assistentes sociais e os operários não há mais qualquer distinção significativa: seriam, ambas as práxis, trabalho. Marilda Iammamoto é a principal defensora desta concepção. Gaudência Frigoto e Savinni, na educação, na esteira de uma tradição de esquerda acentuadamente gramsciana, propõem o educador como um trabalhador que em nada se distinguiria do operário. E, exemplo mais conhecido entre nós, Ricardo Antunes propõe que trabalhadores e operários teriam se homogeneizado numa "classe-que-vive-do-trabalho".

Correndo numa área que eu me recuso a conceber como sendo de esquerda, mas que se apresenta – e muitas vezes é aceita – como "marxista", temos o "delírio teórico"<sup>2</sup> de Michael Hardt, Antonio Negri e Maurizio Lazzarato sobre o trabalho imaterial. Segundo tais autores, hoje estaria superada toda e qualquer distinção entre trabalhadores e operários porque viveríamos a transição para o "comunismo". Diferente dos outros autores citados, que afirmam a manutenção da regência do capital na sociabilidade nascente da "reestruturação produtiva", os partidários do "trabalho imaterial" consideram que o capitalismo já estaria em processo de desaparecimento. Hoje, não teria mais sentido falar na "dicotomia" entre trabalhadores e operários.

Com tudo isso, hoje a questão da centralidade do trabalho se coloca, se não em um campo radicalmente novo, pelo menos em um novo contexto. Não se trata mais de demonstrar que não há sociabilidade sem trabalho; mas, sim, de investigar o grave, agudo e difícil problema do sujeito de uma eventual revolução comunista, na acepção marxiana.

A resposta dada anteriormente (qual seja, que a centralidade ontológica do trabalho não implica imediata e diretamente a centralidade política da classe trabalhadora) se tornou insuficiente, ainda que permaneça imprescindível. E é a esta insuficiência que nossa intervenção se dirige.

### Trabalho e trabalho abstrato

A distinção e simultânea articulação entre o trabalho e o trabalho abstrato está na essência da distinção ontológica entre a função social dos operários e a dos assalariados não-operários. Devemos, pois, começar por esta questão.

A primeira necessidade humana, aquela cujo não atendimento implica na impossibilidade de qualquer sociedade, é a reprodução biológica dos indivíduos. E isto apenas é possível pela

---

<sup>2</sup> Gorz, A. *Miserias del presente, riqueza de lo posible*. Paidós, B. Aires, 1998. A edição francesa (Galilée,

transformação da natureza nos bens necessários à reprodução social (alimentos, vestuário, moradia, etc). É o complexo social que atende a esta necessidade primária que Marx denominou "trabalho". O trabalho, para Marx, é o intercâmbio orgânico com a natureza e, por isso, é uma "condição eterna" da vida social.

O que torna o trabalho uma categoria singular é sua função social: atender à necessidade, primária e indispensável, da transformação da natureza nos bens materiais. É por se ocupar de uma necessidade que é a *conditio sine qua non* da vida social que as possibilidades e as necessidades produzidas por ele tendem, na reprodução social, a predominar frente às necessidades e possibilidades geradas nas outras práxis sociais. É neste preciso sentido que Marx e Lukács argumentam ser a produção material o momento fundante da reprodução social.

O caso do direito é exemplar: surgido para atender à necessidade de organizar uma sociedade dividida em classes sociais e, deste modo, garantir a propriedade privada e a exploração do homem pelo homem, cumpre uma função tão importante nas sociedades de classe que, na sua ausência, nem poderíamos ter o trabalho escravo, nem o trabalho servil medieval, nem ainda o trabalho operário. O direito é uma práxis social imprescindível para que o trabalho seja realizado com base na exploração do homem pelo homem. Contudo, esta inegável relação histórica entre o direito e o trabalho não os identifica, apenas os articula. Se o direito cria as condições necessárias para que o senhor de escravo force o escravo a trabalhar, para que o senhor feudal extraia o mais-trabalho do servo e para que o capitalista explore o trabalho assalariado, não menos verdadeiro é que o direito não produz sequer os bens materiais necessários à sua própria reprodução, para não falar da reprodução da sociedade como um todo. Se o trabalho realiza o metabolismo entre o homem e a natureza, o direito compõe uma força especial de repressão que auxilia a classe dominante a organizar a sociedade de modo a levar adiante a exploração daqueles que trabalham. O mesmo, *mutatis mutandis*, pode ser dito da educação, da linguagem, do serviço social, da arte, da filosofia, da política, da educação, etc.

À medida que a sociedade se desenvolve, esta concomitante articulação e distinção entre o trabalho e as outras práxis sociais se repõe das formas as mais variadas. A passagem de um modo de produção a outro introduz, sempre, novas formas e novos conteúdos nesta relação. Tal como no escravismo e no feudalismo, também no capitalismo esta articulação/distinção entre o trabalho intercâmbio orgânico com a natureza e as outras práxis sociais não foi abolida, apenas recebeu uma nova forma e um novo conteúdo: os complexos ideológicos ganharam um peso crescente na reprodução social, os processos de individuação se relacionam de forma mais intensa e profunda com os processos de alienação (*Entfremdung*), a interação entre a ciência e o trabalho, pela mediação da tecnologia, tende a receber um impulso qualitativamente novo, etc.

Contudo, mesmo em se levando tudo isso e muito mais em consideração, aquela constatação de fundo continua válida: organizar os homens, ou organizar os projetos (as idéias, as ciências, o conhecimento, a estratégia, o marketing, etc., etc.), para que uma dada transformação da natureza se efetue, é distinta da própria transformação da natureza. Tanto hoje quanto no passado, organizar o trabalho não é ainda transformar a natureza. Ao chegarmos na sociedade capitalista mais avançada, a sua grande novidade é o fato de o intercâmbio orgânico com a natureza ter se complexificado tanto, exigir uma preparação tão sofisticada, que provoca o surgimento de muitas novas práxis sociais. Estas, contudo, jamais substituirão o trabalho: organizar os homens para que uma dada produção se efetive é ontologicamente distinto da produção em-si. Organizar sempre foi e permanece sendo imprescindível ao trabalho, mas não é, jamais, trabalho.<sup>3</sup>

Na sociedade capitalista dos nossos dias, dois fatores contribuem para que esta articulação e simultânea distinção entre o trabalho e as outras práxis sociais seja equivocadamente confundida por

---

<sup>3</sup> Há uma questão de fundo, tipicamente filosófica, que aqui apenas podemos mencionar: desde a Idade Média é uma conquista consolidada que a necessidade e identidade são categorias que não coincidem. Algo apenas pode estabelecer uma relação de necessidade com aquilo que não seja ele próprio. A alteridade (e nunca a identidade) é a mediação imprescindível à qualquer relação de necessidade. Portanto, ao contrário

uma identidade. Por um lado, a complexidade das relações sociais faz com que, digamos, a "fronteira" entre o intercâmbio orgânico com a natureza e o restante da vida social seja mais complexa e, na vida cotidiana, menos nítida. Em segundo lugar, e este é o fator decisivo, esta falsa aparência de identidade é fortalecida pelo fato de que, para o capital, o que distingue as práxis humanas é sua lucratividade; para o capital é absolutamente secundário se uma atividade é, ou não, intercâmbio orgânico com a natureza. Examinemos esta questão mais de perto.

Como, para o capital, toda fonte de lucro não passa de fonte de lucro, ele pôde reduzir a este denominador comum todas as atividades humanas, sejam elas ou não intercâmbio orgânico com a natureza, sejam elas ou não trabalho. *O trabalho abstrato é precisamente isso: o processo social pelo qual o capital, para a sua auto-valorização, pode e de fato desconsidera as diferenças ontológicas entre as diferentes práxis sociais reduzin-do-as, todas, àquilo que, para ele, é o essencial: as suas diferentes capacidades de produzirem mais-valia.*

Fixemos este aspecto, pois da maior importância: entre o trabalho e o trabalho abstrato há uma enorme distinção ontológica. O trabalho abstrato se refere à produção de mais-valia. Tudo que produz mais-valia é trabalho abstrato. No capitalismo que nós vivemos, o trabalho abstrato inclui *quase todo* o intercâmbio orgânico com a natureza e, ainda, inclui uma enorme gama de práxis que apenas de modo indireto, por vezes de modo muito indireto, se articulam com o metabolismo homem/natureza. Uma enorme quantidade de atividades humanas são convertidas em mercadorias, convertidas em trabalho abstrato e, sob a forma do assalariamento universal, são incorporadas pelo capital ao seu próprio processo de auto-valorização. Nesta dimensão, e apenas nela, tem uma importância bastante secundária a distinção entre o trabalho que transforma a natureza e o trabalho abstrato de um professor ou de um gerente de fábrica: são eles todos fontes de mais-valia.

---

do que se faz na maior parte das vezes, do fato de uma práxis social ser necessária ao trabalho não significa, por si só, que seja ela trabalho.

Esta, contudo, é apenas parte da realidade, aquela parte que tem por horizonte a reprodução do capital. O outro lado da moeda é que, em se tratando da reprodução da sociedade, sem a transformação da natureza, não há qualquer capitalismo possível. Tal como nas sociedades pré-capitalistas, o trabalho enquanto intercâmbio orgânico com a natureza continua sendo a "condição eterna da vida social".

Em outras palavras, a perspectiva do capital é incapaz de dar conta dos aspectos mais importantes deste complexo de questões. Para a auto-valorização do capital não faz qualquer diferença se a mais-valia foi ou não extraída do intercâmbio orgânico com a natureza, se a mais-valia teve sua origem numa escola, num teatro ou numa fábrica. Mas, repetimos, isto do ponto de vista da reprodução do capital. Pois, se abandonarmos esta perspectiva por demais restrita, constataremos que mesmo a sociedade capitalista mais desenvolvida depende da transformação da natureza. Sem trabalho, portanto, não há qualquer capitalismo possível – *mutatis mutandis*, tal como com todas as sociedades pré-capitalistas.

Em suma: a regência do capital não deve nos levar a desconsiderar que, sem a transformação da natureza pelo trabalho, não há qualquer capitalismo possível. Entre o trabalho e o trabalho abstrato pode haver uma superposição, mas, jamais uma identidade. Se a reprodução do capital absorve boa parte do trabalho intercâmbio orgânico com a natureza em seu circuito de valorização, isto não significa que tenhamos uma identidade entre a auto-valorização do capital e reprodução da sociedade. Os processos de alienação são justamente aqueles pelos quais esta contradição entre a humanidade e o capital se afirma de modo mais violento. O trabalho é uma "eterna necessidade" da vida humana, o trabalho abstrato apenas uma categoria da sociedade capitalista.

Trabalho abstrato e capital

Posta esta distinção fundamental entre trabalho e trabalho abstrato, podemos nos deter em um outro aspecto desta questão: o conjunto dos trabalhos abstratos contém, em seu interior, distintas relações com o capital. Uma parte do trabalho abstrato produz a mais-valia e, uma outra parte, realiza a transformação desta mais-valia em dinheiro, mediação imprescindível para que possa retornar à produção como capital. Para distinguir estes dois momentos Marx empregou as categoriais de trabalho (abstrato) produtivo e trabalho (abstrato) improdutivo.<sup>4</sup>

Esta uma primeira diferenciação no interior do trabalho abstrato: do ponto de vista do capital, ele pode ser, ou não, produtor de mais-valia.

Para ficarmos com Marx, peguemos dois exemplos que o debate tornou clássico: o da cantora de ópera e do mestre escola. Ambos podem produzir mais-valia na condição de ter sua força-de-trabalho comprada por um capitalista. O burguês sai do negócio com seu capital ampliado: o arrecadado com os bilhetes ou com as mensalidades escolares é um montante maior do que ele pagou pelo trabalho do professor, ou da cantora, somado aos "custos" do negócio. A geração desta mais-valia se deu sem a transformação da natureza: o dinheiro que as pessoas tinham no bolso e que repassaram ao capitalista como pagamento dos bilhetes de ópera, ou das mensalidades escolares, se transformou em capital nas mãos do burguês. Se os consumidores tiraram de seus bolsos 20 reais, estes mesmos 20 reais entraram no bolso do capitalista. É, portanto, uma mera troca de notas de um bolso no qual as notas servem para o consumo, para outro bolso, no qual cumprem a função de capital. A riqueza total da sociedade permaneceu precisamente a mesma, nem em um grão foi acrescida por esta troca de notas entre o bolso do consumidor e o bolso do capitalista. Esta é a acumulação de mais-valia pela transformação de dinheiro em capital. Contudo, repetimos, esta é uma troca de soma zero: ao final do circuito, a riqueza apenas mudou de mãos e de função social (de

---

<sup>4</sup> Permitam-se lembrar que, do ponto de vista puramente lógico, a expressão "trabalho produtivo" é um contra senso. Sendo intercâmbio orgânico com a natureza, todo trabalho é necessariamente produtivo; falar em trabalho que não produz é um enorme absurdo. Não é neste sentido, contudo, que a expressão é empregada. Por trabalho produtivo entende-se *trabalho abstrato* produtivo de mais-valia e, nesta acepção, encontramos trabalho abstrato que não produz, mas apenas converte a mais-valia em dinheiro. Ou, então, é

dinheiro para capital), mas isto não alterou sequer em um átomo a quantia da riqueza total da sociedade.

Algo completamente distinto ocorre com o trabalho operário, aquele que, nas sociedades capitalistas é, por essência, o típico intercâmbio orgânico com a natureza. Ao transformar a natureza o trabalho operário produz uma riqueza antes inexistente. A quantia total da riqueza social se acresce com cada minuto de trabalho operário, pois ele, ao converter natureza em bens sociais, produz o "conteúdo material da riqueza".

Ao lado da distinção entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo, esta é a segunda diferenciação da relação do trabalho abstrato com o capital: nem tudo o que produz mais-valia é trabalho enquanto intercâmbio orgânico com a natureza, que produz o "conteúdo material da riqueza social".

Em sendo assim, e tal como nas formações pré-capitalistas, também hoje toda a sociedade vive da apropriação da riqueza produzida por aqueles que convertem a natureza nos bens materiais indispensáveis à reprodução social. E isto, de forma mediada, comparece até mesmo na esfera da auto-valorização do capital: a transformação de dinheiro em capital apenas pode ter lugar se, antes, houver sido produzido o "conteúdo material" desta riqueza expressa pelo dinheiro a ser convertido em capital.<sup>5</sup> Portanto (e sem negar as grandes novidades que o capitalismo trouxe nesta área), nossa sociedade também conhece a dependência ontológica da totalidade da vida social para com o trabalho que realiza o intercâmbio orgânico com a natureza. Tanto nas sociedades pré-capitalistas quanto hoje, o "conteúdo material da riqueza" é produzido pelo trabalho intercâmbio orgânico com a natureza que, por isso, é a categoria fundante tanto das formações pré-capitalistas como da sociedade na qual vivemos, é a "eterna necessidade" da vida social.

---

empregado em atividades que não produzem nem realizam a mais-valia mas que são imprescindíveis ao sistema do capital, na expressão de Francisco Teixeira, como os funcionários públicos e atividades afins.

<sup>5</sup> Há um outro aspecto que apenas mencionaremos. A distinção entre o trabalho e as outras práxis que produzem mais-valia é a causa fundamental para que, a mercadoria produzida pelo operário, ao contrário da produzida pela cantora de ópera, sirva como meio de entesouramento. É possível o entesouramento de

## Trabalho, trabalho abstrato, trabalhadores e operários

Se estivermos corretos na nossa delimitação da relação entre trabalho e trabalho abstrato, há três aspectos que merecem ser examinados com cuidado:

1) a relação entre o capital e o trabalho operário, entre a burguesia e a classe operária. Essa é uma relação de exploração pela qual a força de trabalho dos operários é convertida em mercadoria e, sob a forma de trabalho abstrato, faz parte do nódulo essencial da produção do "conteúdo material" sobre o qual se apóia a forma historicamente particular de riqueza que é o capital.

2) a relação entre o capital e os outros trabalhos abstratos que não são trabalho operário. É uma relação de exploração, contudo distinta da exploração da classe operária. É uma exploração porque a força de trabalho destes trabalhadores é convertida em trabalho abstrato e, enquanto tal, entra no circuito de auto-valorização do capital como geradora de mais-valia. Contudo, diferente do trabalho operário, a geração de mais-valia tem lugar, não pela produção de um novo *quantum* de riqueza, mas pela conversão em capital de uma parte da riqueza *já produzida pelos operários* e que se encontra sob a forma dinheiro. Sem a riqueza produzida pelo trabalho operário, portanto, a acumulação da mais-valia pela conversão de dinheiro em capital seria impossível. Neste sentido, mesmo sob o capitalismo e tendo a forma do trabalho operário, o intercâmbio orgânico homem-natureza continua sendo a categoria fundante do mundo dos homens.

3) a relação entre o trabalho do operário e o trabalho dos outros assalariados não-operários. Se toda riqueza social é produzida pelo trabalho operário, se o trabalho assalariado não-operário não produz novas riquezas mas, apenas, serve de mediação para a conversão de dinheiro em capital, a decorrência necessária é que o salário dos assalariados não-operários provém da mais-valia extraída

---

capital em toneladas de ferro, prédios, etc., contudo não podemos guardar capital sob a forma de horas de

do trabalho operário. Nesse sentido preciso, os setores assalariados não-operários vivem da exploração do trabalho operário. Diferente do que ocorre com a burguesia, contudo, esta não é uma relação de exploração direta, mas sim indireta. A burguesia apropria-se diretamente da riqueza produzida pelos operários e em parte a utiliza para a compra de outras forças de trabalho que serão utilizadas para transformar dinheiro em capital. Ainda que também explorados pelo capital, os setores assalariados não-operários vivem indiretamente da exploração do trabalho operário.

Se estes três pontos estiverem corretos, teríamos várias conseqüências a serem examinadas:

- independente de como se apresente, a cada momento da história, a consciência de classe dos operários e dos assalariados não-operários, há entre eles uma importante diferença ontológica enraizada na base material da sociedade: tal como a burguesia, os assalariados não-operários vivem da apropriação da riqueza produzida pelos operários.

- sendo o trabalho operário a origem de toda a riqueza social (o que não quer dizer, atenção, a única fonte de mais-valia, com vimos), isto significa que todo o restante da sociedade vive da sua exploração. Ou seja, a única classe que vive do seu próprio trabalho é a classe operária. Por esta razão é esta a única classe social para a qual a extinção da propriedade privada é condição primeira para sua emancipação. Todas as outras classes vivem, direta ou indiretamente, da exploração do trabalho operário e têm, por isso, na propriedade privada dos meios de produção condição de sua existência.

- na esfera política, o fato de os assalariados não-operários, ao mesmo tempo, serem explorados pela burguesia e se apropriarem indiretamente da riqueza produzida pelo trabalho, é o fundamento da ambigüidade que caracteriza a relação que mantém com os operários. Enquanto explorados pelo capital, tendem a se aproximar dos operários na luta por uma repartição mais equânime da riqueza social. Contudo, quando a questão decisiva, a luta contra a propriedade privada, entra em cena, a

tendência é serem polarizados em algum grau pela defesa da sociedade capitalista. Examinemos mais de perto esta questão.

### Operários, assalariados e propriedade privada

A heterogeneidade dos assalariados não-operários é tão ampla quanto a gama de atividades que o capital é capaz de incorporar em sua reprodução e, por isso, compõem um campo social muito diferenciado. Os graus de exploração a que são submetidos correspondem, grosso modo, à parcela da riqueza produzida pelos operários a eles transferidos sob a forma de salário. Esta heterogeneidade funda a possibilidade de, em momentos de crise, parcelas de assalariados se aproximarem das posições proletárias e comunistas. Além das condições materiais imediatas, fator importante nesta questão é, sabemos todos, a luta ideológica. Todas as revoluções, deste 1848, assistiram a este fenômeno e não é necessário que aqui nos alonguemos sobre isso.

Justamente por este fato, as lutas em que os assalariados comparecem indistintamente como "trabalhadores" são aquelas nas quais não se coloca a extinção da propriedade privada. A condição de assalariamento pode velar a diferença ontológica entre operários e não-operários apenas quando o horizonte da luta não inclui o fim da propriedade privada. Ou seja, quando o horizonte se restringe às lutas por melhores salários e condições de vida e quando a vista, não alcança mais do que as propostas de reforma do capitalismo através de mecanismos políticos e/ou econômicos, então a distinção entre operários e os outros assalariados perde qualquer significado prático.

Esta situação, contudo, se altera radicalmente quando a questão é a superação do capital e, portanto, a superação da propriedade privada. *É neste momento que a propriedade privada se coloca como o divisor de águas.* Enquanto, para os assalariados em geral, as propostas distributivistas de renda são o horizonte limite, para os operários toda e qualquer forma de propriedade privada, por melhor distribuída, significa sempre a sua exploração pelo restante da

sociedade. É esta a razão de os operários não terem nada a perder com a extinção da propriedade privada, enquanto os setores assalariados não-operários perdem a própria possibilidade ontológica de sua reprodução: a apropriação indireta da mais-valia.

Insistimos que estamos examinando apenas as determinações ontológicas mais gerais dos operários e dos assalariados não-operários. Não se trata, portanto, da investigação das formas de consciência que brotam, a cada momento, de tais determinações. Abordar a questão ideológica aqui envolvida implicaria, antes de mais nada, em um exame do caráter contra-revolucionário do período histórico em que vivemos, o mais profundo e extenso desde a Revolução Francesa. Deixando portanto de lado a questão da "subjetividade" operária e a dos outros assalariados, podemos constatar apenas que a superação da propriedade privada é condição ontológica indispensável para a emancipação operária; e que o mesmo não ocorre para os outros assalariados.

Quando se trata de ir para além do capital, portanto, a centralidade proletária é decisiva. Sem desconsiderar que, se a proposta comunista não conseguir uma base social mais ampla que o operariado, nenhuma superação do capital será possível; nenhuma plataforma comunista pode dispensar a centralidade operária. Pela simples e boa razão de ser esta a única classe que vive do seu próprio trabalho e que, por isso, nada tem a perder com a extinção da forma contemporânea de exploração que é a propriedade privada burguesa.

A perda da base social histórica para a superação do capitalismo é, a nosso ver, a consequência teórica mais imediata e visível das teses que cancelam ou tendem a velar a distinção entre os operários e os assalariados não-operários. Desse modo, abrem espaço para as concepções, muito mais democráticas que comunistas, que propõem a distribuição da renda ao invés da superação do capital. O universo ideológico hoje predominante entre as ONGs e a CUT é exemplar nesse sentido.

Conclusão

Tal como da centralidade ontológica do trabalho não decorre imediatamente a centralidade política dos trabalhadores; também não decorre, do fato de hoje operários e assalariados não-operários se manifestarem através de plataformas e partidos políticos semelhantes, que não haja mais distinções ontológicas entre estas classes sociais. Ou seja, tanto num caso como no outro, não devemos utilizar a esfera da política como resolutive das questões ontológicas. Antes, o mais apropriado, de um modo geral, é o inverso: buscar o fundamento ontológico dos fenômenos sociais para explicar as suas repercussões na esfera política.

Substituir a ontologia pela política nunca deu bons resultados teóricos. O fato de hoje estarmos mergulhados em um ambiente contra-revolucionário, em cuja penumbra assalariados e operários se confundem política e ideologicamente, não deve ser razão para desprezarmos os fundamentos materiais que os distinguem. São as diversas inserções dos indivíduos na estrutura produtiva de uma sociedade que diferenciam as classes entre si: é a função que exercem na reprodução social o fundamento material da distinção entre as classes.

Se substituirmos este critério ontológico pelo critério do assalariamento, nos colocamos em uma posição teoricamente insustentável. Pois, das duas uma: 1) ou, sendo absolutamente coerentes, consideramos como trabalhadores as personificações do capital que percebem elevados salários (executivos, gerentes, políticos, ideólogos da burguesia, etc.) pelo simples fato de serem assalariados; 2) ou, então, temos que distinguir os salários dos trabalhadores daqueles outros salários que fazem de quem os recebem, burgueses (no sentido de personificações do capital). Como a distinção entre tais salários apenas pode ser quantitativa, temos que empreender a impossível operação de determinar qual o real que, acrescido a um salário, faz de quem o recebe uma personificação do capital ou, o contrário, qual o real que, retirado do salário, faz com que aquele que o receba seja um "trabalhador".

Recuperar, trazer à tona, o fundamento ontológico-material das classes sociais, parece-me um passo imprescindível na determinação do sujeito revolucionário no dia em que vivemos. Se fizermos

o contrário, partirmos do complexo da política, cairemos na via da menor resistência e deixaremos em segundo plano, quando não completamente esquecida, a superação da propriedade privada dos meios de produção. E, neste caminhar, o nosso horizonte deixará de ser a superação do capital para se restringir à distribuição mais eqüitativa da riqueza expropriada dos operários.

Há que se reconhecer, contudo, que a adoção do critério ontológico para esta discussão é um passo imprescindível, contudo longe de ser suficiente. Uma vez mais, porque se não devemos resolver politicamente as questões ontológicas, também não devemos deduzir diretamente da ontologia as questões políticas. Entre ontologia e política há um enorme campo de mediações que nunca deve ser esquecido. Por isso, a nosso ver, se o caminho de substituir a ontologia pela política é equivocado em suas raízes, não menos desencaminhador é cancelar o campo de mediações que se interpõe entre estas duas esferas.

Em suma, e concluindo: a afirmação da distinção ontológica entre os operários e os outros assalariados, o reconhecimento das distintas relações daí decorrentes com a propriedade privada, é passo imprescindível, ainda que certamente insuficiente, para a resolução da questão do sujeito revolucionário no dia em que vivemos.